

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS
TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA

COMITÊ DE INVESTIMENTOS
109ª Reunião Ordinária

ATA Nº 11/2024

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de 2024, às 8:00h, sito à Av. Eloy Chaves, 956, Sala 503, centro, em Três Lagoas/MS, estiveram reunidos os membros do Comitê de Investimentos, devidamente nomeados pela Portaria nº 03/2024, o Diretor Presidente, o Diretor Administrativo-Financeiro, os representantes do Conselho de Administração do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA e do Instituto TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA, respectivamente, Srs. Dirceu Garcia de Oliveira Junior, Clécio Abrahão Ataíde, Fabricio de Moura Santos e Elza Maria Jucá. Registrada a presença do consultor convidado Sr. Sérgio Pinho do Carmo, representante da Assessoria de Investimentos *Crédito & Mercado*. O Presidente declarou instaurada a reunião ordinária apresentando: 1) as autorizações de aplicação e resgate referentes ao mês de novembro nº A241100 a A241107; 2) o detalhamento da Carteira de Investimentos, devidamente atualizada até a data desta reunião; 3) o relatório mensal da carteira de investimentos relativo ao mês de outubro/2024; e 4) elaboração da minuta da Política de Investimentos para o exercício de 2025. A ordem do dia iniciou-se com a análise do desempenho da carteira de investimentos do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA; foram constatados ganhos em outubro no montante R\$ 1.890.669,10 (0,55%); considerando que o IPCA foi de (0,56%), não foi possível cumprir a meta atuarial determinada para mês (1,02%). Verificou-se retorno positivo de (0,61%) nas tradicionais aplicações de renda fixa, compostos majoritariamente por fundos de investimentos em títulos públicos; as aplicações em renda variável, apresentaram performance negativa (-0,24%), puxadas pela desvalorização no índice IBOVSPA no acumulado do mês. Com o resultado positivo no mês, a rentabilidade obtida no ano (6,72%) ainda não é suficiente para promover o cumprimento da meta atuarial medida até o mês de referência (8,35%). Ato seguinte, passou-se à análise dos fatores de influência da carteira no interstício entre a realização da última reunião a até data presente. Com uma margem de vantagem bastante acima do preciso para levar a vitória, o candidato republicano Donald Trump foi o vencedor das eleições presidenciais americanas de 2024 contra a rival Kamala Harris, do partido democrata. Nos aspectos econômicos, o candidato eleito Trump aponta que trará grandes transformações econômicas para a economia americana, e que tomará ações para alterar a relação econômica com a China, o que pode trazer impactos relativamente positivos para o Brasil. Na decisão de política monetária do FED, a decisão unânime de cortar 0,25% já era esperada pelo mercado. Atualmente, a taxa básica de juros encontra-se entre 4,5% e 4,75%. No comunicado e entrevista pós decisão, foi reforçado que as decisões futuras dependerão do progresso dos dados econômicos, principalmente a inflação e o mercado de trabalho. Se o mercado de trabalho se deteriorar, o FED se mostra pronto para agir, porém caso ocorra um movimento de reaceleração dos preços, um ajuste de postura do FED também é considerado. A redução do ritmo de corte para 0,25% é justificada pela ausência de pressa de cortar os juros dado que a atividade econômica americana segue resiliente. Na visão do corpo econômico da Crédito e Mercado, a maior cautela do comunicado pós reunião ecoa a incerteza sobre a taxa terminal a ser alcançada uma vez que as medidas econômicas a serem adotadas pelo próximo presidente ainda possuem incerteza no tocante aos impactos gerados sob os preços. Já no Brasil, na penúltima reunião do ano, o COPOM decidiu unanimemente pela




elevação em 0,50 ponto percentual da taxa básica de juros, a Selic, que se encontra nesse momento no patamar de 11,25% ao ano. O comunicado pós reunião enfatizou a preocupação com o cenário externo mais desafiador e incerto, e a atividade doméstica que se encontra demasiadamente estimulada e com fatores de risco em estados alarmantes quando o prêmio de risco exigido por conta do risco fiscal permanece elevado, o que por sua vez também impacta a taxa de câmbio e os outros fatores econômicos. Ainda no Brasil, o IPCA, que mede a inflação ao consumidor, no mês de outubro fechou em 0,56% de alta, acima das projeções de 0,53% para o período. A alta foi puxada principalmente pelo preço da energia elétrica que subiu quase 5% no mês. O grupo de Habitação, em que o preço da energia elétrica está incluso, foi o que mais pesou no balanço do cálculo do IPCA, seguido pelo grupo de Alimentação, que também teve forte alta por conta do aumento da carne, que subiu 5,81%. Na comparação com o mesmo período do ano passado, o IPCA ultrapassou o teto da meta, que é de 1,5 ponto percentual acima dos 3%, ao atingir 4,76% no mês de outubro. Em 2024 o índice acumula 3,88%. Na sequência, passaram os membros do Comitê a elaborar a minuta da Política de Investimentos para 2025. Os membros formaram convicção em relação a taxa SELIC alcançar índices superiores a 11,00%, já atingidos na penúltima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do ano; as expectativas de controle da inflação apontam IPCA próximo dos 4% que, atrelada à taxa de juros parâmetro a ser adotada pelo RPPS para 2025 de IPCA + (5,32%), determina uma meta atuarial próxima de 9,32%. Em resumo, entenderam os membros do Comitê pela necessidade de se manter os horizontes de aplicação em renda fixa e renda variável atuais, haja vista a possibilidade de se cumprir a meta atuarial estimada com ativos de menor risco. A minuta será apresentada ao Conselho de Administração na próxima deliberativa deste órgão. Em relação às aplicações dos RPPS, a Assessoria de Investimentos Crédito & Mercado recomenda a adoção das seguintes estratégias de Alocação dos Recursos: *Com a recente abertura da curva de juros e com as incertezas marcando o cenário externo, recomendamos reduzir a duration da carteira. Tudo isso provocou uma grande volatilidade nos IMAs, principalmente na ponta mais longa. Por isso, recomendamos reduzir gradualmente a exposição em Fundos IMA-B 5+, que tem em sua carteira NTN-Bs com prazos acima de 5 anos e podem sofrer mais com essa recente volatilidade. Ainda no Longo Prazo, recomendamos manter em 10% em fundos deste segmento, de preferência diversificar entre IMA-B e IMA-Geral. Adicionalmente, mantivemos nossa recomendação para 10% dos investimentos em fundos de Gestão Duration, aproveitando a estratégia de gestão ativa oferecida por esse segmento. Com o ciclo atual da Selic, fundos de renda fixa passivos voltam a apresentar possibilidade de rentabilidade superior a meta de rentabilidade do RPPS, contudo, a estratégia de gestão ativa ainda se apresenta como alternativa atrativa para o RPPS. Para um horizonte de médio prazo, mantivemos nossa recomendação para 10% dos investimentos para fundos deste segmento. É importante diversificar dentro do índice, tendo uma exposição índices pós-fixados, como o IDKA IPCA 2A e o IMA-B 5, atrelados a inflação. Além disso, neste cenário de elevação na taxa de juros, é aconselhável cautela no IRF-M e no IRF-M 1+, que são índices pré-fixados, devido à volatilidade desses indicadores. Uma estratégia gradual permitirá aproveitar possíveis oportunidades e minimizar riscos em um ambiente de juros em alta. Quanto à exposição de curto prazo, sugerimos aumentar a exposição neste segmento, principalmente fundos CDI. Com as recentes alterações no cenário econômico, recomendamos uma exposição de 15% neste segmento. A Selic terminal para 2024 que era de 10%, passa a ser de até 12%, mantendo uma taxa de investimentos atrativa para o RPPS. Para diversificar a carteira, é aconselhável adquirir também títulos privados, principalmente as letras financeiras, até atingir uma alocação de 15%. As letras financeiras oferecem taxas que superam, em sua maioria, as metas atuariais dos RPPS e com prazos de até 10 anos, oferecem alternativas atrativas para diversificação de carteira. Após muitas mudanças nas expectativas de quando o ciclo de corte de*

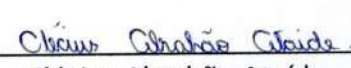
Emyj



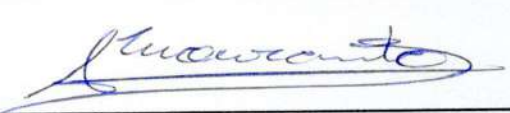
juros poderia ocorrer, o FED iniciou a sua redução em setembro, porém não deixou claro qual a taxa de juros terminal de deve ser alcançada. Além disso, a nova resolução de fundos de investimentos, CVM 175, trouxe novas regras para fundos no exterior que ainda não foram adaptadas pela Resolução 4.963/21. Por isso, recomendamos cautela para fundos de investimento no exterior, tanto em Renda Fixa como fundos de ações ou multimercado exterior. Quanto aos fundos de ações relacionados à economia doméstica, mantemos nossa recomendação de 20% de exposição. Por mais que a bolsa de valores tenha mostrado certa volatilidade neste ano de 2024, a expectativa ainda é de alta para os próximos meses, na medida que as principais economias do mundo deem sequência na queda de juros, podendo aumentar a demanda por ativos de risco. Sugere-se a entrada no mercado de forma gradual, aproveitando oportunidades na bolsa de valores para construir um preço médio mais favorável. Em relação aos Fundos Multimercado e Fundos de Investimento Imobiliários (FII), recomendamos manter a exposição em 5%. Diversificar a carteira de investimentos com essas opções pode ser uma abordagem equilibrada para os RPPS, permitindo obter retornos e ter proteção contra cenários adversos, sempre alinhados com as metas de rentabilidade estabelecidas. Para investidores que enxergam oportunidades de adquirir ativos a preços mais baixos, é importante estar respaldado para a tomada de decisão. À vista de tais constatações, decidiram os membros do Comitê de Investimentos, por unanimidade, em: 1) Autorizar o gestor a aplicar R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) no fundo ITAÚ HIGH GRADE RF CRÉDITO PRIVADO FIC FI (CNPJ 09.093.883/0001-04), com recursos disponíveis no saldo da conta corrente nº 62.030-9; 2) Autorizar o gestor a aplicar R\$ 2.101.902.41 (dois milhões, cento e um mil, novecentos e dois reais e quarenta e um centavos) no fundo de investimentos CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA (CNPJ 10.740.670/0001-06); 3) Autorizar o gestor a aplicar R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no fundo ITAÚ HIGH GRADE RF CRÉDITO PRIVADO FIC FI (CNPJ 09.093.883/0001-04), com recursos disponíveis no saldo da conta corrente nº 62.030-9; e 4) manter inalteradas as demais aplicações. Assim, às 09:45h, o Diretor Presidente deu por encerrada a presente reunião ordinária, da qual lavra a presente ata, que vai assinada pelos demais membros presentes.



Dirceu Garcia de Oliveira Junior
Presidente



Clécio Abrahão Ataíde
Diretor Administrativo-financeiro do TLPREV



Fabricio de Moura Santos
Representante do Conselho de Administração

(AUSENTE)
Fernando Nascimento



Representante do Conselho Fiscal

Elza Maria Juca

Elza Maria Juca

Representante dos Servidores Públicos Municipais
